

A LITERATURA NO MEDIEVO PORTUGUÊS: O AMBIENTE QUE PROPICIOU A PRODUÇÃO DA CRÓNICA DE D. JOÃO I

LITERATURE IN MEDIEVAL PORTUGUESE: THE ENVIRONMENT THAT FACILITATED THE PRODUCTION OF THE CHRONICLE OF D. JOÃO I

Camila Rabelo Pereira
Doutora em "História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes", pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA -Brathair/MA.

<https://orcid.org/0000-0002-9569-7650>
rpereiracamilla@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender a gradativa relevância que os textos literários adquiriram em Portugal, a partir do estabelecimento do poder régio (centralização monárquica). Diversas narrativas distintas em suas estruturas e formulações foram produzidas no Medievo Português, elas possuem vinculações de padrões sócio culturais que nos permitiu refletir sobre as relações de poder em Portugal nos séculos XIV e XV. De forma gradativa a literatura foi ganhando importância no reino luso, o que ocasionou a produção da *Crónica de D. João I* no século XV. Assim, para exemplificarmos o ambiente literário português realizamos uma análise da estrutura da *Crónica de D. João I*, texto escrito por Fernão Lopes. Com isso, buscamos entender como a elaboração de obras literárias dialogaram com a sociedade portuguesa através de discursos que tinham como objetivo produzir sujeitos e uma memória coletiva, e legitimar o poder régio.

Palavras-chave: Literatura. Monarquia. Portugal Medieval.

Abstract: This article has the objective the understand the gradual relevance that literary texts acquired in Portugal, after the establishment of royal power (monarchical centralization). Several narratives, distinct in their structures and formulations, were produced in the Portuguese Middle Ages. They are linked to sociocultural patterns that allowed us to reflect on power relations in Portugal in the 14th and 15th centuries. Literature gradually gained importance in the Portuguese kingdom, which led to the production of the *Crónica de D. João I* in the 15th century. Thus, to exemplify the Portuguese literary environment, we carried out an analysis of the structure of the *Crónica de D. João I*, a text written by Fernão Lopes. With this, we seek to understand how the elaboration of literary works dialogued with Portuguese society through discourses that aimed to produce subjects and a collective memory, and to legitimize royal power.

Keywords: Literature. Monarchy. Medieval Portugal.

INTRODUÇÃO

O Movimento¹ de Avis em Portugal (1383-1385) possibilitou a ascensão política da dinastia de D. João I² ao poder monárquico. Essa nova linhagem ao ocupar o trono luso desenvolveu um discurso político edificador e legitimador, através das festas públicas, do teatro e da literatura, especialmente com a contratação de cronistas oficiais para escreverem a memória do reino português, como é o caso de Fernão Lopes, que redigiu as *Crónica de D. Pedro I*, *Crónica de D. Fernando* e *Crónica de D. João I* no século XV.

A gradativa valorização dos textos literários no Medievo Português possibilitou a escrita de narrativas como a *Crónica de D. João I*, pois é a partir da ascensão avisina, que estes ganharam maior visibilidade e incentivo na corte portuguesa. Destaca-se que a literatura fez-se presente desde o processo de centralização do poder monárquico em Portugal, sendo assim o uso deste instrumento foi intensificado pela dinastia de Avis, já que D. João I, primeiro monarca da linhagem, era filho ilegítimo, e por isso, não teria direito ao trono.

Em Portugal, o processo de Reconquista, assim como a complexificação da sociedade gerou uma heterogeneidade cultural, política e social, que possibilitou o acúmulo de recursos suficientes para a imposição do poder monárquico sobre a nobreza tradicional. Mesmo com recursos, a monarquia acumulou uma série de problemas, que durante o governo de D. Fernando, geraram tensões sociais que agravaram-se após a sua morte, e ocasionaram a contestação da eficiência do poder monárquico, exercido pela nobreza tradicional. Sobre os problemas sociais, econômicos e políticos em Portugal, Paulo Accorsi Júnior afirma que:

“A revolução do Mestre de Avis, assim, não viria mais do que precipitar tendências de longa duração, acentuando o movimento de controle social da nobreza e da sociedade como um todo pela realeza. Foi, portanto, a partir do quadro de uma realidade social, política e cultural heterogênea de um país saído da Reconquista, que se forjou a monarquia como potestado social maior com pretensões de ordenar o todo social” (ACCORSI JÚNIOR, 1997, p. 18).

Diversos segmentos da sociedade portuguesa se opuseram ao poder exercido pela nobreza tradicional, como exemplo cita-se o povo ("*arraia miúda*"³)⁴, os comerciantes e os nobres secundogênitos pertencentes a aristocracia feudal. Esses grupos sociais lutaram

ao lado do Mestre de Avis contra o segmento social até então mais poderoso: a aristocracia tradicional local, o que ocasionou uma bipolarização política no reino português. Porém, a partir do reinado de D. João I, a monarquia portuguesa conseguiu fortalecer o poder do Estado, neutralizando principalmente a influência da nobreza tradicional local ao aliar-se ao novos e desfavorecidos grupos sociais (ACCORSI JÚNIOR, 1997, p. 20).

As tensões sociais em Portugal entre 1383 a 1438, fizeram com que diversos grupos sociais estivessem em constantes competições pelo poder no cenário político, esses conflitos levaram a dinastia avisina a utilizar instrumentos simbólicos para legitimar e impor o poder monárquico perante os seus opositores.

Para Bourdieu (1989) o poder simbólico é aquele que constrói a realidade, pois ele possui meios para afirmar o significado imediato do mundo, instituindo classificações, hierarquias, valores, padrões e conceitos que se apresentam aos sujeitos como espontâneos e naturais. Os atores sociais se lançam em um cenário de competição contínua que visa à aquisição e o controle de diversas espécies de poder, assim para Bourdieu (1989):

“Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados” (BOURDIEU, 1989, p.11).

Os textos literários produzidos na corte portuguesa ao longo do processo de centralização monárquica são produtos culturais oficiais do poder régio utilizados para forjar uma memória coletiva portuguesa, e padrões sócio-culturais para os medievos através do sistema simbólico construído e reconstruído pelos reis portugueses. Assim:

“Aquilo que chamamos de "poder" não passa, na verdade, de uma expressão um tanto rígida e indiferenciada para designar a extensão especial da margem individual de ação associada a certas posições sociais, expressão designativa de uma oportunidade social particularmente ampla de influenciar a autorregulação e o destino de outras pessoas” (ELIAS, 1994, p. 51).

O poder régio em Portugal utilizou diversos instrumentos para influenciar e autorregular as ações dos homens e das mulheres do reino com o objetivo de legitimar os espaços de poder, e delimitar as ações dos opositores. Esta lógica é identificada na memória coletiva propagada na *Crónica de D. João I*. Pois, é uma narrativa que está de acordo com os modelos cristãos difundidos através da Igreja, empregados pelo novo grupo político no poder.

Os textos possuem a função essencial de lembrar de forma coletiva os indivíduos a qual grupo eles pertencem. Le Goff (1990, p. 368), aponta que “a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder”. Esse jogo político em Portugal fundamentou os alicerces para fortalecer e centralizar o poder do Estado monárquico português, em detrimento da nobreza tradicional local.

Para Chartier (1990) a representação é o produto resultante de uma prática, assim a Literatura é enquadrada como representação do real, pois é o produto de uma prática simbólica que se transformou em outras representações através da emolduração da realidade. Já que, “cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (BAKHTIN, p. 33, 2009), que é significado e ressignificado por aqueles que a vivenciam.

Assim, o ambiente literário na corte portuguesa medieval produziu representações que fomentavam ideologias por meio de signos para legitimar o poder régio. Esse uso de textos literários foi gradativamente ganhando espaço, ao serem reconhecidos como instrumentos eficazes que auxiliavam na consolidação e fortalecimento da centralização do poder monárquico.

O Ambiente Literário Medieval Português

Em Portugal os textos literários ganharam paulatinamente importância a partir da centralização do poder régio em Portugal no século XII. As medidas para centralizar o poder régio em Portugal começaram durante o processo de Reconquista, com Afonso I (1139-1185), o primeiro rei português, que estabeleceu no poder a dinastia de Borgonha. Com o passar dos anos, e as sucessões régias, a corte portuguesa gradativamente foi dando importância em constituir um ambiente literário.

A partir do reinado de D. Afonso III (1248-1279) houve uma intensificação das tentativas de efetivar uma corte intelectual em Portugal, porém é somente após a ascensão

do Mestre de Avis, em 1385, que se estabeleceu um ambiente literário profícuo e exuberante. Sobre esse processo, Accorsi Júnior diz que:

“Este empenho em criar cortes sofisticadas, prestou-se ao estreitamento de relações com o restante europeu, e à afirmação da excelência do projeto régio e de Portugal no contexto ocidental e cristão. Nos serões palacianos criou-se uma vida cultural fomentada pelo próprio rei, que também compunha cantigas e participava, por intermédio dos trovadores da corte, de um disputatio lírico na qual a verdadeira nobreza era o talento e a arma o verso. A monarquia procurava erigir o plano do simbólico como arena de luta” (ACCORSI JÚNIOR, 1997, p. 35).

Em consonância com os outros territórios pertencentes a Europa Ocidental, os reis portugueses utilizaram a literatura para estabelecer o projeto régio de centralização do poder, e diminuição da influência da nobreza local tradicional. A corte sob o comando de apenas um rei passou a ser um espaço cultural de disputas no plano simbólico.

O rei D. Afonso III (1248-1279), ao estabelecer relações com outras cortes da Europa Cristã, percebeu que umas das formas de colocar em prática o projeto régio de centralizar o poder em Portugal, e dissipar com as contrariedades, principalmente as advindas dos senhores nobres locais, era incentivar a formação de uma corte intelectual.

Durante o período medieval, Portugal partilhava com o restante da Europa Ocidental subsídios culturais, sociais, econômicos e políticos comuns entre essas diferentes sociedades, o que as diferenciava é a adaptação desses componentes, que estavam de acordo com as particularidades de cada espacialidade.

Em cada corte circulavam obras literárias comuns as diferentes sociedades que compunham a Europa Cristã. Esses textos eram adaptados as peculiaridades de cada grupo social, como por exemplo as hagiografias, e também haviam as narrativas pertencentes a um território específico como a *Crónica de D. João I*.

Na Europa Cristã, segundo Hilário Franco Junior (2006) a Literatura na Primeira Idade Média estava restrita a preservar e cristianizar por meio de reproduções de obras antigas. A conservação da literatura clássica era através de cópias em latim. Além dessas obras, haviam as hagiografias, que é um tipo de literatura que aborda algum aspecto da vida do (a) santo (a), muito difundida durante a Idade Média, sendo a fusão da cultura erudita com a cultura vulgar (CERTEAU, 2007, p. 240). Nesse período, essas narrativas uniam elementos da literatura biográfica romana, dos relatos bibliográficos e das tradições cristãs.

A preocupação em preservar as obras clássicas continuou durante a Alta Idade Média, muitos mosteiros tinham copistas com o intuito de formar bibliotecas. O Renascimento Carolíngio⁵, comandado por Carlos Magno, com o intuito de preservar a sabedoria, conservou obras literárias clássicas como a de César, Tito Lívio e Virgílio. Esses também colaboraram para o fortalecimento da cultura clerical, já que o movimento carolíngio foi restrito a poucas pessoas, tendo sua concentração nas escolas monásticas.

Na Idade Média Central as canções de gesta⁶ e as narrativas épicas em verso ganharam espaço, assim como textos literários produzidos pela cultura intermediária (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 182), isto é, laica e eclesiástica, como exemplo se tem a lírica trovadoresca⁷ e a hagiografia. A diferença primordial entre a literatura eclesiástica e a vulgar, era o idioma, na primeira era utilizado o latim e na segunda o vernáculo vulgar.

A literatura vulgar⁸ era composta por elementos folclóricos que circulavam no medievo, por isso, durante a Idade Média, a Igreja Católica buscou sistematizar esses textos de acordo com seus ideais eclesiásticos, na tentativa de homogeneizar e retirar as contradições existentes entre os sujeitos e os grupos sociais. Porém, esses ideais eram ressignificados e compreendidos de formas diferenciadas pelos homens e mulheres do medievo. Essa preocupação em adaptar a literatura vulgar demonstra a importância de textos literários para que a Igreja Católica conseguisse dominar a cultura em circulação.

O imbricamento entre a cultura clerical e vulgar a partir do século XIII, exemplifica as mudanças que estavam ocorrendo na cultura medieval nesse período, em que a economia teve um crescimento graças ao aumento populacional que ocasionou a expansão territorial, o crescimento da produção agrícola e o aumento da mão-de-obra, a literatura acompanhou esse movimento.

Durante o século XIII, houve o progresso urbano em que as cidades se multiplicaram, e com isso a Literatura urbana floresceu, “esse sucesso e esse prestígio das cidades alimentaram uma literatura que teve também, nos limites da circulação dos manuscritos, um grande sucesso. Foram as Crônicas urbanas, os louvores das cidades” (LE GOFF, 2007, p. 147). Porém, a Crônica perde espaço para os textos com temáticas macabras, pois “o frágil equilíbrio entre a cultura clerical e a cultura vulgar rompeu-se com a crise do século XIV” (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 121). Segundo Franco Junior, a literatura perdeu seu vigor no século XIV, com isso as Crônicas históricas, com exceção das escritas por Fernão Lopes e Filipe de Commines⁹, seriam textos artificiais que

recorriam a estereótipos. Além das crônicas, outros tipos de textos ganharam notoriedade, como as enciclopédias:

“Há um outro tipo de livro que conheceu um grande sucesso no século XII e, sobretudo, no século XIII, e fez também evoluir o saber em direção dos conhecimentos profanos e da cultura leiga. Foram as enciclopédias. Esse crescimento correspondia ao apelo de novas categorias de leitores e ao aumento dos conhecimentos que foi uma das características do renascimento do século XII. Essas enciclopédias ofereciam todos os conhecimentos relativos à natureza e à sociedade. Ao lado da teologia, as enciclopédias recolheram, cada vez mais, os conhecimentos laicizados que constituíam a filosofia. Ao lado do sobrenatural e da metafísica, as enciclopédias forneceram um conjunto de conhecimentos sobre a natureza e a física em sentido amplo” (LE GOFF, 2003, p. 183).

Entre os séculos XII e XIII, houve também o desenvolvimento das enciclopédias, que tinham como objetivo reunir todo o conhecimento da época. Com o florescimento das cidades, e abertura das universidades, a enciclopédia torna-se um texto de suma importância para os intelectuais da época que conseguiam ter acesso e fornecer conhecimentos relativos a diversas áreas.

Saraiva (1998) aponta que Afonso X, rei de Leão e Castela entre 1252 a 1284, regia a corte literária mais brilhante da Europa, que tinha uma atividade intelectual intensa, composta de poetas, músicos, astrólogos, cronistas e tradutores árabes e judeus. Uma das obras mais valiosas é o volume das *Cantigas de Santa Maria*.

Enquanto na corte portuguesa comandada por D. Afonso III (1248-1279), houve a produção apenas de alguns textos, dentre eles destaca-se o *Regimento da Casa Real*, que tem uma estrutura que demonstra a pobreza intelectual. Porém, mesmo diante da falta de uma corte intelectual opulenta como a de Afonso X, o rei tentava criar um ambiente cultural semelhante. Além do texto citado, nesse período foram escritas outras obras relevantes como: *Cancioneiro da Ajuda* e *Flores do Direito*.

O sucessor de Afonso III no comando do reino português foi D. Dinis (1279-1325), apelidado como “o poeta”, pela sua afinidade com os textos literários, principalmente a poesia. O rei tornou-se um colaborador dos cancioneiros, que expressavam o ideal trovadoresco em prosa narrativa escrita, e financiador dos intelectuais. As obras de maior destaque nesse período são: a *Crónica da Espanha de 1344*¹⁰ (atribuída a autoria ao filho bastardo de D. Dinis, chamado D. Pedro, conde de

Barcelos), o *Livro das Trovas de El-Rei D. Dinis*, o *Livro de Tristão*, o *Merlin* e *O Livro de Galaaz*, este último era uma literatura que circula na Europa Cristã. Porém,

“a estória do rei Artur foi conhecida em Portugal na sua versão em prosa atribuída a Roberto de Boron, que consta, como já foi dito, de três partes: 1) Estória de José de Arimateia; 2) Estória de Merlin; 3) Demanda do Santo Graal. Tudo no leva a crer que o ciclo completo foi conhecido em França pelos acompanhantes do infante D. Afonso (filho de D. Afonso III) e que um português o traduziu em primeira mão para uma língua hispânica” (SARAIVA, 1998, p. 61).

A novela de cavalaria *Demanda do Santo Graal* (*O Livro de Galaaz*), nos moldes que a conhecemos foi produzida no século XIII, e traduzida do francês para o português. Destaca-se que quando o texto foi cristianizado, José de Arimateia¹¹², que é um personagem que não estava presente na primeira fase, ganha notoriedade, assim como o enredo em que estava envolvido, o que demonstra as adaptações da Matéria da Bretanha¹³ pela Igreja.

Segundo Saraiva (1998) devido à popularidade da Matéria da Bretanha, lendas e contos folclóricos célticos, foram reformulados e adaptados aos modelos eclesiásticos. Dentre os temas célticos, um dos mais difundidos na Idade Média era o amor entre um homem e uma mulher, como mostra a história de *Tristão e Isolda*.

A inserção de elementos cristãos acabou por modificar a versão inicial. Pois, a adequação eclesiástica no século XIII da Matéria da Bretanha transformou a narrativa em uma série de aventuras cavaleiresca, que tinha como finalidades divulgar os ideais da Igreja Católica para os medievos, e adequar o texto evitando as contradições que poderiam ocasionar a contestação dos dogmas. Assim:

“a *Demanda do Santo Graal* é uma novela de cavalaria anônima do século XIII, composta em um período de prosificação e cristianização da Matéria da Bretanha. Faz parte de um conjunto de romances anônimos conhecidos como Ciclo do Lancelot-Graal. O manuscrito foi traduzido do francês para o português em meados do século XIII, quando essas narrativas foram cristianizadas com o propósito de valorizar os ideais cristãos e incuti-los na sociedade. Alguns personagens e eventos possuem caráter ambíguo, devido ao fundo céltico da narrativa. Nesta narrativa arturiana, o objetivo central é encontrar o Santo Vaso, o Graal que continha o sangue de Cristo recolhido por José de Arimatéia e que representa, também, o cálice do qual Jesus bebeu, na Última Ceia” (ZIERER, 2013, p. 44).

A *Demanda do Santo Graal* é uma narrativa que foi organizada, modelada e reformulada sob o prisma dos ideais cristãos, através de analogias com os textos bíblicos. O objetivo era ensinar os ideais da cavalaria aos medievos, ou seja, propagar a doutrina moral que deveria nortear o comportamento por meio de exemplos positivos e negativos.

O exemplo positivo de cavaleiro seria Galaaz, o predestinado, puro e sem pecados, e que se destacou dentre todos os cavaleiros arturianos pela sua perfeição. A humildade de Galaaz é um exemplo para aqueles que buscam ser cavaleiros pelos motivos errados: fama e ideais pessoais.

Saraiva (1998) assinala que no século XIV em Portugal, o livro arturiano era bastante popular, essa conclusão é atribuída a dois fatores: a existência da tradução do ciclo do Graal completa, ou seja, as três partes; e a repartição do livro em partes mais leves e portáteis o que facilitaria a leitura.

A estrutura discursiva da *Demanda do Santo Graal* possivelmente influenciou a narrativa produzida por Fernão Lopes. A ideia de um cavaleiro predestinado, humilde e puro, que coloca o bem de todos acima do seu, é representado pelo Mestre de Avis na *Crónica de D. João I*. O primeiro rei avisino, assim como Galaaz é um exemplo positivo de cavaleiro, pois os dois não buscaram em suas jornadas a glória pessoal (fama).

Os Livros de Linhagens também estavam presentes na literatura portuguesa. Eram narrativas que traçavam a genealogia da nobreza, através de lendas que reforçavam a origem nobre da família, e legitimava os privilégios, as riquezas e o lugar social de destaque que tinham na política:

“Os Livros de Linhagens (que registraram algumas tradições épicas) não são obras propriamente historiográficas nem cronísticas. São listas genealógicas da nobreza a que falta toda a datação cronológica. Mas tem interesse historiográfico porque a primeira obra de historiografia que se escreveu em Portugal, a *Crónica Geral de Espanha* de 1344, é concebida, quanto ao seu núcleo, como séries genealógica das principais famílias portuguesas. Compreende-se o interesse pela genealogia numa sociedade em que os bens, os cargos, a honra e a posição social eram hereditárias. Há livros de linhagens noutros países da Europa ocidental, mas cabe perguntar se a importância deles em Portugal não revelará uma influência árabe, conhecido como é o interesse dos povos semitas (árabes incluídos) pela genealogia” (SARAIVA, 1998, p. 153).

Esses escritos tinham como objetivos: traçar a linhagem das casas, identificar as famílias e definir o parentesco entre os nobres, com a finalidade de determinar os direitos

patrimoniais, evitar casamentos consanguíneos e a divisão dos bens da família entre aqueles que não pertenciam a ela, pois:

“se verificarmos os contextos de publicação dos *Livros de Linhagem*, veremos exatamente que coincidem com períodos em que a monarquia, de alguma forma, negava melhores posições à nobreza, tendo, provavelmente, surgido para atender ao reclamo do grupo. O *Livro Velho* foi publicado por volta de 1279, no início do reinado de D. Dinis, ou seja, período no qual inaugurou-se a fase áurea da literatura nobiliárquica portuguesa. Exatamente quando a nobreza estava sendo fortemente pressionada...Finalmente temos o *Livro de Linhagem do Conde D. Pedro*. A data estimada para a reunião dos materiais e de sua primeira redação compreende o período entre 1325 e 1340, depois completada” (ACCORSI JUNIOR, 1997, p. 40).

A gradativa perda de poder da nobreza tradicional no século XIV, os levou a defender seus interesses através da produção literária. Os livros de linhagem forjavam uma identidade comum entre eles, e estabeleciam a memória de um grupo familiar nobre. Isso tornou-se necessário no processo de centralização do poder régio, em que a monarquia buscava diminuir os poderes locais dos senhores da nobreza. Sobre a importância desses livros, Accorsi (1997) inferi que:

“A literatura genealógica em Portugal é mais abundante do que no restante europeu, exatamente pelo fato de a nobreza estar ali numa posição relativamente mais frágil e dependente em relação à realeza. Delineando um quadro que nos parece inverso, o caminho seguido pelos reis franceses para a ampliação dos seus poderes, segundo Duby, é o da conquista” (ACCORSI JÚNIOR, 1997, p. 41).

Em Portugal, devido aos poderes adquiridos pelos reis a partir do processo de Reconquista, a monarquia conseguiu impor-se gradativamente aos senhores nobres tradicionais, estes dependiam do aparato régio para manterem suas posições sociais. Os reis portugueses souberam estabelecer-se como instância de poder que aos poucos conseguiu forjar uma identidade coletiva através da memória oficial régia.

Quanto a literatura eclesiástica em Portugal, destaca-se a biblioteca de Alcobaça, que durante os séculos XIII, XIV e XV acumulou manuscritos de livros utilizados pelos clérigos para leitura, meditação e cristianização. A literatura religiosa portuguesa, assim como na Europa Cristã, possuía como característica a utilização de elementos simbólicos que tinha como objetivo principal educar os medievos para serem bons cristãos.

Porém, há peculiaridades na cristandade portuguesa como o culto à Virgem Maria, que era uma santa guerreira no reino luso. As particularidades da Península Ibérica, é uma consequência também da luta entre credos, que fazem parte da formação cultural portuguesa, que ressignificou os signos sociais, e estabeleceu relações práticas diversas com os símbolos.

Ressalta-se que o domínio da escrita durante a Idade Média era do clérigo. As narrativas eram em sua maioria de cunho religioso ou sobre algum aspecto da vida de um (a) santo (a), porém as mudanças culturais, sociais e políticas que ocorreram a partir do século XIII, ocasionaram novas necessidades nos medievos. Nesse bojo, os textos literários que eram escritos quase exclusivamente pelos clérigos, passaram também a serem produzidos pelos seculares.

O poder régio em Portugal percebendo a importância e a circularidade dos textos literários acabou por incentivar e financiar a produção de narrativas régias, que é o caso das Crônicas históricas. Estas antes eram escritas pelos clericais, ou sem uma sistematização que lhes desse coerência quando eram redigidas por leigos. A sistematização e a seleção da memória passaram a ser uma preocupação dos soberanos nos últimos anos da Idade Média. Estes buscavam delimitar especificidades que os distinguiam dos demais. Portanto:

“os últimos séculos da Idade Média, nomeadamente os séculos XIII, XIV e XV, são marcados na Europa por uma crescente preocupação em fixar por escrito os diversos saberes e eventos, preocupação que, ligada às tentativas de sistematizar a organização dos reinos, contribui significativamente para a ascensão das línguas vulgares como línguas dos mais variados gêneros – de documentos jurídicos e administrativos a textos de caráter filosófico e histórico” (FRANÇA, 2007, p. 490).

A partir do século XIII, na Europa Ocidental há uma preocupação em escrever e preservar uma memória sobre os reinos. Esses textos em sua maioria apesar de estarem permeados pelos ideais e modelos cristãos, demonstram a preocupação do poder laico em criar, ordenar, selecionar e utilizar essas memórias.

O processo de organização dos reinos na Europa cristã no século XIV, aumentou a complexidade da administração, o que acarretou a utilização de mecanismos políticos, jurídicos e financeiros que permitiram um melhor e maior controle dos reis sobre seus súditos, do patrimônio do reino e da administração do território.

Assim, a escrita, e por consequência os documentos ganharam notoriedade, sendo valorizados e usados como instrumentos de controle das documentações expedidas, e da memória coletiva oficial que deveria estar de acordo com os projetos régios. Quanto a esse processo verifica-se que:

“Em Portugal, o empenho em deixar registrado o passado numa língua acessível tem início no século XIV e culmina no século XV, quando se procura organizar a memória através da escrita e se começa a construir uma perspectiva “portuguesa” sobre o passado” (FRANÇA, 2007, p. 490).

No século XV, em Portugal a Torre do Tombo, após a ascensão da dinastia avisina se torna uma instituição responsável por preservar a memória. Esse fato indica que há uma necessidade do Estado português em guardar, organizar e selecionar a memória através da escrita. Porém:

“é importante lembrar que desde 1378 já se expediam documentos da Torre do Castelo de Lisboa e, por volta de 1411, o Arquivo já era conhecido como Torre do Tombo. Depois de passar pela guarda do Vedor da Fazenda, João Anes, no tempo de D. Fernando, e dos Contadores da Fazenda, Gonçalo Esteves e Gonçalo Gonçalves, no tempo de D. João I, o Arquivo passa posteriormente para os cuidados daquele que viria a ser o mais célebre cronista medieval português, Fernão Lopes” (FRANÇA, 2007, p. 492).

A Torre do Tombo após a coroação de D. João I, é oficialmente reconhecida como o Arquivo oficial do reino. A dinastia de Avis preocupou-se em estabelecer e selecionar a memória coletiva condizente com os seus interesses políticos. Percebe-se esse empenho do poder régio, quando Fernão Lopes é contratado por D. Duarte para escrever a *Crónica de D. João I*, com o objetivo de construir uma memória coletiva, preocupada com a ordenação do passado, que é uma característica presente na cronística histórica¹⁴.

O autor procurou estabelecer e registrar a memória do Movimento de Avis, com o intuito de legitimar o poder régio de D. João I, e de seus sucessores, para isso ele utilizou analogias para demonstrar simbolicamente a predestinação do Mestre de Avis, escolhido por Deus e pelo povo.

A preocupação e a formalização dos documentos expedidos pelo reino português começaram antes da ascensão da dinastia avisina, com o reinado de D. Fernando, porém

é a partir de D. João I que há uma valorização da escrita, e por consequência da Torre do Tombo, como Arquivo Nacional estabelecido em Lisboa.

A Torre do Tombo era responsável por expedir e preservar os documentos oficiais do reino português, porém desde 1418 há uma ampliação da sua função inicial, o que podemos entender como um desvio do seu papel, que é a escrita das Crônicas históricas do reino em seu âmbito.

Não é possível desassociar a Torre do Tombo com a produção literária em Portugal nos últimos séculos do Medievo, pois é a partir deste local que o cronista oficial do poder régio durante a governança avisina dar compreensão a sociedade portuguesa por meios das suas narrativas. Por isso:

“a atenção até aqui conferida ao Arquivo, bem como à reforma que sofreu, deve-se não só ao fato de que ele e a historiografia gozaram de uma história comum no século XV português, mas também ao fato de que vão passar nesse período por um processo semelhante de institucionalização: o primeiro, porque irá consubstanciar-se como o lugar por excelência de preservação da memória oficial do reino – um verdadeiro depósito de memória – e estabelecer-se definitivamente em lugar fixo, Lisboa – cidade que se torna centro do poder; a história, porque deixará de ser escrita de forma irregular e de depender de iniciativas isoladas, clericais ou senhoriais, passando a fazer parte do projeto régio de retomada e valorização dos feitos dos antepassados tendo em vista a construção de uma memória escrita sob a perspectiva portuguesa e tendo em conta os limites, acontecimentos e particularidades do reino fundado por Afonso Henriques; uma história escrita, enfim, que poderia ser identificada como dos portugueses.” (FRANÇA, 2007, p. 494).

Assim, a Torre do Tombo é responsável pela institucionalização de dois tipos distintos de textos: os arquivos/documentos oficiais do reino e a memória de um passado selecionado pela relevância que tinha para a dinastia avisina escrito no estilo cronístico (ambos foram sistematizados no século XV). Outro aspecto importante que deve ser destacado é que a escrita da memória do passado português deixa de ser responsabilidade dos clericais ou senhoriais, e passa a ser um instrumento sistematizado do projeto régio. Sobre esse tipo de narrativa, sabe-se que a:

“Informação tanto mais relevante quando se tem em conta que a forma cronística foi, no século XV em Portugal, a forma por excelência de escrita da história e manteve um vínculo estreito com o Arquivo, inclusive na coincidência entre os ocupantes dos cargos de cronista-mor

do reino e de guarda-mor no decorrer do século XV e início do XVI” (FRANÇA, 2007, p. 492).

Não é mera coincidência que os cronistas-mores sejam os guardas-mores (responsáveis por cuidar, selecionar e preservar os arquivos), a seleção desses homens dentre tantos conferia legitimidade aos fatos narrados. As Crônicas históricas objetivavam preservar uma memória do reino português, sendo assim a estreita relação entre o Arquivo oficial do reino e os escritores, também permitiam que o rei tivesse um maior controle da memória coletiva.

Com a ascensão da dinastia avisina há uma valorização do Arquivo régio, e de uma memória de um passado glorioso, com o objetivo de acabar com as constantes dúvidas sobre o poder exercido pela dinastia de Avis. Ressalta-se que essa ordenação daquilo que era essencial para recordar, ocasionou a multiplicação de livros de registro, a partir do século XV. Na obra conhecida por *Ordenações de D. Duarte*¹⁵, o rei reafirma a necessidade e a importância de registrar os títulos, as ações administrativas e jurídicas, as leis e os fatos, ao indicar que os tabeliães deveriam fazer as escrituras de suas competências, que devem ser entregues aos envolvidos em até três dias. (FRANÇA, 2007, p. 494). Assim:

"[...]foram compostos uma série de escritos pela Dinastia de Avis, conhecidos como Prosa Moralística ou Prosa de Avis. Esses relatos procuraram apresentar modelos comportamentais de rei e de nobre ideal, segundo os interesses da nova dinastia. Dentre os textos mais conhecidos estão os confeccionados por D. João e seus filhos, como por exemplo, a *Virtuosa Benfeitoria*, escrita pelo infante D. Pedro, o *Leal Conselheiro*, de D. Duarte e manuais como o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, também de D. Duarte, e o *Livro de Montaria*, do rei D. João I" (ZIERER, 2017(a), p. 274).

Os nobres príncipes pertencentes a dinastia avisina tinham uma preocupação com o registro escrito, percebe-se pelo fato deles se dedicarem a escrever tratados e ensinamentos sobre diversos aspectos da sociedade portuguesa, com o intuito de nortear e instruir as ações de homens e mulheres.

D. João I, o primeiro rei avisino, escreveu o *Livro da Montaria*. O soberano teria um apreço e amor ao conhecimento que teria passado para seus sucessores, como D. Duarte que escreveu *Leal Conselheiro*. O amor ao conhecimento de D. João I, seria o resultado da educação que recebeu como Mestre da Ordem de Avis, o que o fez ser um

rei culto para sua época. Pelas ações em prol do conhecimento o monarca é visto como aquele que deu início a “íclita geração” como denominou Camões, nos *Lusíadas*.

D. Duarte (filho e sucessor de D. João I), em seu *Leal Conselheiro*¹⁶, defende as potencialidades educativas do conhecimento sobre o passado para os governantes, que poderiam aprender com a experiência dos seus antecessores. De acordo com o rei os exemplos negativos e positivos poderiam ensinar saberes que auxiliariam em uma melhor governança. Segundo aqueles que enalteceram a dinastia avisina:

“O exemplo de D. João serviu de modelo aos filhos. Estes tiveram uma esmerada educação, como se vê pela mostra que de si deixaram: D. Duarte, o livro *Leal Conselheiro*, e D. Pedro, a *Virtuosa Benfeitoria*, eram, além do mais, amigos de livros e estimavam a glória de ser autores literários. D. Duarte é um colecionador de livros. Conhecemos o catálogo da sua livraria, que contém cerca de 80 volumes de vários géneros. É provável que o fossem também os irmãos, se bem que se tenham perdido os catálogos. D. Duarte, no tempo em que era ainda infante, começou um empreendimento literário importante, a *Crónica dos Reis de Portugal*, encomendada a Fernão Lopes, como já vimos. D. Afonso V, seu filho, é o primeiro a ter uma livraria real e uma oficina de manuscritos” (SARAIVA, 1998, p. 218).

Assim, como D. João I, seus filhos, escreveram obras didáticas e moralistas para serem lidas principalmente pelos reis e senhores nobres. Esse nível cultural elevado dos infantes de Avis, também deve ser atribuído a D. Filipa de Lencastre, esposa de D. João I. Fernão Lopes, e posteriormente pesquisas sobre essa temática, como as desenvolvidas por Manuela Santos Silva (2012) ressaltam que a primogênita do primeiro casamento de John Plantageneta com Blanche de Lencastre, teve uma excepcional preparação literária e religiosa, e seus conhecimentos foram por ela repassado aos seus herdeiros. Pois, nas cortes inglesas:

“as raparigas das classes abastardas também aprendiam a ler: o latim suficiente para poderem seguir as orações pelo livro, e francês e inglês para poderem ler romances ou instruções para trabalhos femininos. O latim começava por ensinado através de livros litúrgicos onde as crianças aprendiam a recitar orações e salmos, mesmo que pouco compreendessem o que balbuciavam...Não se esqueça, porém que se a leitura era considerada, em certos círculos, indispensável, a escrita estava muito menos generalizada, mas em certos estratos sociais parece-nos evidente a sua larga utilização, pois os parentes afastados pelas alianças matrimoniais, pela guerra e por outras vicissitudes nem por isso deixavam com frequência de trocar cartas privadas, além das oficiais. De qualquer modo, a instrução tinha uma natureza predominantemente oral” (SILVA, 2014(a), p. 48).

D. Filipa de Lencastre pertencia a um grupo social abastado em que as mulheres aprendiam o latim, o francês e o inglês. A educação que elas recebiam as permitiam poder ler não somente instruções de como ser uma boa esposa e mãe, para a manutenção do matrimônio, mas também textos literários, dentre outros. E isso possibilitava uma boa instrução, e preparação das nobres para que elas conseguissem um bom casamento, e assim manter o seu estrato social. Como uma mulher instruída a rainha colaborou e influenciou para a formação dos herdeiros avisinos, “ajudando, sem dúvida, a elevar o nível cultural e de conhecimento em matéria religiosa dos cortesãos e dos membros da sua família”, (SILVA, 2014(a), p. 137), que além de autores de tratados, também eram fomentadores da literatura.

Essa herança cultural passada por D. João I e D. Filipa de Lencastre teria influenciado as ações de seus herdeiros, que intensificaram a valorização da escrita, e por consequência a literatura régia tem um grande destaque, principalmente com a contratação de cronistas para escrever a história do reino português. A busca por sistematizar e preservar a memória é percebida pela ação de D. Duarte, sucessor de D. João I, ao contratar Fernão Lopes para escrever a *Crónica de D. João I*.

Os Aspectos Estruturais da *Crónica de D. João I*

A Crónica histórica medieval no século XV, é uma prática discursiva que narrava uma determinada perspectiva do passado. Fomentada a partir principalmente de desígnios de uma tradição literária cristã, em que a memória é selecionada, retomada, ressignificada e recriada por seus escritores, que dispõem cronologicamente os fatos, em um enredo que tem a pretensão de ser a verdade a respeito dos eventos.

No relato os elementos ficcionais são incorporados como verdadeiros, com o intuito de preencher lacunas, explicadas pela ação divina. Essas narrativas eram gerais ou particulares, ou seja, poderiam falar de um reino ou indivíduos; e eram utilizadas para legitimar e servir de modelo para a sociedade a qual pertenciam, por meio de exemplos positivos e negativos. Segundo Guimarães:

“Aberto o Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa, é possível elencar alguns traços que compõem o gênero na sua modalidade ibérica entre os séculos XIV e XV: perspectivação do passado, Reconquista, traduções, memória de um reino e justificação narrativa, poderíamos acrescentar: sucessão, tradição e verdade. A historiografia medieval portuguesa nasceu do primeiro elemento listado, escudada pela tradução e logo seguiu em direção à memória e à justificação, sobretudo quando se evoca o labor do primeiro cronista régio, Fernão Lopes (1385-1460)” (GUIMARÃES, 2012, p. 68).

A literatura régia escrita por Fernão Lopes segue em sua estrutura os traços do gênero cronístico do século XV, em Portugal, apontados por Guimarães (2012), tanto nos aspectos formais, quanto os discursivos. O texto possui as suas peculiaridades que o dimensionaram como referência para a compreensão do movimento de Avis e da ascensão e permanência da dinastia avisina no poder.

Apesar da Crónica histórica de Fernão Lopes ser um dos textos mais importantes sobre o movimento de Avis, sua circulação é restrita, e isso a diferencia de outros textos, como as hagiografias, que possuíam uma circularidade maior no reino português nos séculos XIV e XV.

A Crónica de *D. João I* foi escrita no século XV por Fernão Lopes (guarda-mor da Torre do Tombo), sendo uma narrativa encomendada pelo infante de Portugal D. Duarte (tornou-se rei entre 1433 a 1438), filho de D. João I (primeiro rei da dinastia avisina, que exerceu o poder como rei de 1385 a 1433). No relato o autor organiza os fatos que possibilitaram a ascensão de D. João I ao trono de Portugal, começando pelo movimento de Avis. Percebe-se um empenho por parte de ambos, do cronista e da família real avisina, de fundamentar e registrar uma memória coletiva de Portugal, em que D. João I apesar de ser bastado, era o escolhido de Deus, e por isso era reconhecido pela "*arraia miúda*" como o homem ideal para assumir o trono português. Acerca da composição textual de Fernão Lopes:

“A história que este homem nos conta, e que era a que ele tinha para nos contar, era de uma grande dificuldade, como já vimos. Incluía aventuras de personagens e movimento de massas, cenas de interior e de praça, choques de concepções de vida e de direito. O autor tinha de combinar numa narração coerente séries de acontecimentos que os cronistas e memorialistas da mesma época em França só foram capazes de contar cada um a sua.” (SARAIVA, 1998, p. 189)

O cronista desenvolveu com excelência a arte de narrar, o que faz dele um representante notável do seu gênero literário para época. Fernão Lopes soube criar e

aproveitar as situações e desenvolvê-las com maestria, através principalmente da caracterização e confronto dos personagens. A *Crónica de D. João I*, está repleta de situações dramáticas (clímax), desenvolvidas através de gestos e diálogos escritos de uma forma simples, que conduzem o leitor.

O texto original da *Crónica de D. João I* está perdido, temos acesso a narrativa através da primeira versão completa que é datada de 1644, que se encontra na *Biblioteca Nacional de Portugal* e na Torre do Tombo (códice 352). Sendo uma edição destinada ao rei D. João IV (rei da dinastia de Bragança), depois disso várias reproduções foram realizadas, o que implica deturpações, omissões, acréscimos, erros e transposições do texto.

A narrativa cronística utilizada neste trabalho, é uma edição realizada pelos estudiosos Magalhães Basto e M. P. Lopes de Almeida, publicada em 1990, pela Editora Civilização, localizada em Lisboa. A estrutura segue fiel ao códice 352, pois foi publicada com o português original da versão transcrita em 1644, assim como a divisão do texto em dois volumes.

No primeiro volume, há a introdução realizada por Humberto Baquero Moreno, que exalta a importância da *Crónica de D. João I*, e do trabalho de Fernão Lopes pelo caráter de veracidade e o rigor ao tratar dos fatos. Além da introdução, há versão também é composta por: prefácio escrito por Antônio Sérgio, que analisa alguns pontos do discurso produzido por Fernão Lopes, principalmente as datas. Este aponta que o "novo mundo" que teria nascido com a ascensão da dinastia avisina, em que a crise estaria superada, e os portugueses estariam vivendo um progresso contínuo, não condiz com a realidade social e política vivenciada em Portugal no século XV.

Após o prefácio, tem-se a primeira parte da *Crónica de D. João I*, introduzida pelo prólogo, em que o autor expõe os motivos que o levaram a escrever a história de Portugal: a afeição ao local de pertencimento (a terra), enaltecer os feitos de D. João I e o desejo de escrever a verdade que deve ser mostrada para o povo. Esse último aspecto é o mais importante para Fernão Lopes, que afirma que buscou a verdade, em livros de variadas línguas e lugares, em escrituras públicas de vários cartórios, e em outros lugares para compor sua obra. Em relação a verdade, o cronista diz que:

“E sendo achado em alguns livros o contrário do que este fala, cuidado que não sabiamente, mas errando muito, disseram tais. Se outros por ventura nesta Crónica buscam formosura e novidade de palavras, e não a certeza das histórias, desprazer lhe há de dar de nossas razões, muito ligeiro a eles ouvir, e não sem grande trabalho a nos condenar” (CRÓNICA DE D. JOÃO I¹⁷, v. I, Prólogo, p. 3).¹⁸

O autor afirma que pelo cuidado que teve ao consultar os documentos que o permitiram escrever a narrativa, não se deve ter dúvidas sobre a veracidade dos fatos que ele expõe, e como eles ocorreram. Aos leitores Fernão Lopes, recomenda a cautela, pois se em algum livro for achado algo que contradiz as "verdades" expostas por ele, o texto estaria incorreto.

Logo após o prólogo, vem os capítulos que são ordenados cronologicamente. No total são 193 capítulos e 455 páginas no primeiro volume. A narrativa começa abordando a morte do conde de Andeiro, passo a passo, destaca-se a minuciosidade dos detalhes nessa primeira parte. Fernão Lopes escreve desde o final do reinado de D. Fernando com a sua morte, e por consequência a regência de D. Leonor Teles, até a escolha de D. João I para ser rei de Portugal nas Cortes de Coimbra.

O Volume I também possui um índice Onomástico, organizado por Carlos Cidrais Rodrigues, em que aparece os nomes importantes citados por Fernão Lopes, e quais as páginas em que eles se encontram. E o Índice Geral da obra também está presente. Evidencia-se que os dois índices se encontram no final da publicação.

O segundo Volume, não tem como original apenas o códice 352, mas também o códice 103 de Évora e os códices 784 e 87 da Biblioteca Municipal do Porto, que foram comparados e utilizados para preencher as lacunas presentes na edição de 1644. O texto aborda desde a nomeação de D. João como rei de Portugal até a paz com Castela em 1411.

No prólogo do Volume II, Fernão Lopes, realiza um breve resumo dos acontecimentos expostos por ele no Volume I, enfatizando que há uma continuidade ordenada cronologicamente, o que para o autor seria um aspecto que atesta a veracidade dos fatos por ele narrados. Outro acontecimento rememorado pelo autor é a morte do conde de Andeiro, que seria o elemento catalisador que possibilitou ao Mestre de Avis ser o rei de Portugal. No intuito de legitimar, evoca-se a presença de Deus, que teria auxiliado o cronista na escrita para que essa pudesse ser melhor compreendida, como afirma ao expor que:

“E porque nós não somos capazes o bastante para extensamente louvar e dizer bondades deste poderoso Rei, a *divindade é responsável pelos seus grandes feitos*, quiséramos deixar de falar deles, vendo como cumpriria em escritos por um grande eloquente letrado que bem ordenara os cursos dos merecidos louvores [...]” (CDJ I, v. II, Prólogo, p. 3, grifos nosso).¹⁹

No prólogo do Volume II, é a intervenção divina que coordenou as ações do Mestre de Avis. Além disso, o relato enaltece os feitos daquele que teria sido o melhor rei de Portugal, que pelos seus atos de justiça e piedade, merecia que a sua narrativa fosse eloquente e bem escrita. A narrativa do Volume II, começa com as medidas tomadas por D. João I após ter sido coroado rei de Portugal nas cortes, ou seja, recomeça do ponto em terminou o Volume I.

O Volume II, possui 203 capítulos, ou seja, 20 capítulos a mais que o Volume I, e 493 páginas. Porém, apesar de maior os fatos não são narrados com tanta minuciosidade. Destaca-se que nesse volume há a presença de D. Filipa de Lencastre, esposa de D. João I, que é enaltificada pela sua origem nobre, e pelo seu comportamento irrepreensível, enquadrando-se no modelo ideal de rainha, mãe e esposa.

Quanto a estrutura, o segundo livro também possui depois dos capítulos o Índice Onomástico, organizado por Carlo Cidrais Rodrigues, e o Índice Geral. Salienta-se que a Crónica é uma consequência da preocupação que começa em Portugal a partir do reinado de D. João I, em que a Torre do Tombo se torna uma instituição de memória coordenada e ordenada pelo poder régio, fato que burocratiza o Estado português.

A preocupação em preservar um arquivo como a Torre do Tombo a partir do reinado de D. João I, demonstra que o poder régio legitimava o seu domínio também através de símbolos e representações. Pois, há um direcionamento para se instituir a ordenação do passado, que ocasiona a escolha daquilo que podia ou não ser esquecido. Em Portugal no século XV há uma intensificação do uso da escrita como suporte para legitimar uma memória oficial regia. Dentre esses escritos produzidos a partir da Torre do Tombo, a Crónica histórica destaca-se pela sua oficialidade, considerada como narrativa fiel aos fatos ocorridos.

Ao ler o relato percebe-se que há uma ordenação cronológica dos fatos, e que a mesma faz parte do projeto régio avisino que buscou construir uma memória escrita que enaltece elementos que seriam peculiares e constituidores da identidade portuguesa. A *Crónica de D. João I*, é um dos exemplos que demonstra a sistematização e valorização

do passado com a ascensão da dinastia de Avis, que estimulou a produção e a preservação daquilo que era necessário recordar. Outro indício que demonstra a preocupação dos membros da família real são os tratados pedagógicos escritos por D. João I e D. Duarte como já foi mencionado.

D. Duarte ao tomar a atitude de contratar Fernão Lopes como escrivão-mor, estendendo as funções dele, esperava escritos polidos e ordenados da história de Portugal. Para o rei os textos existentes encontravam-se desordenados, o que prejudicaria a memória do reino. Era imprescindível divulgar os méritos do povo português e de D. João I, valorizando assim o passado selecionado de acordo com os interesses políticos da dinastia avisina, e também propagar conceitos, valores, ideais e padrões socioculturais a partir dos enunciados.

Poucos relatos sobre o movimento de Avis e a mudança dinástica sobreviveram a ação do tempo, por isso a *Crónica de D. João I*, se tornou uma narrativa privilegiada para que os historiadores pudessem compreender e analisar esse momento histórico. Evidencia-se que o autor da Crónica a classifica como um texto histórico. Apesar do relato ter lacunas não podemos o ignorar se quisermos entender a ascensão avisina ao poder, pois ele é um indício da realidade, que é representada por Fernão Lopes por meio de signos.

A narrativa é uma metáfora da ascensão social alcançada pelo autor Fernão Lopes, que é um homem proveniente da "*arraia miúda*" em Portugal. A elevação da dinastia de Avis, também é sua ascensão, pois a sua escolha como cronista oficial não pode ser desprezada. Este trabalho só poderia ter sido dado a um homem capacitado a tal função, e que também deveria possuir sentimento de gratidão, já que seu lugar social (cargo), só foi possível de ter sido alcançado pelas mudanças sociais e políticas que ocorreram a partir do movimento de Avis.

Fernão Lopes ao construir o texto da Crónica ressalta a sua fidelidade a realidade e a importância histórica da narrativa, ao lermos percebemos que a sua pretensão a verdade é legitimada pela possibilidade e proximidade privilegiada do autor com o vivido. Com isso, o relato ao mesmo tempo que é descritivo e minucioso, se torna atraente aos leitores e ouvintes. Quanto aos textos que o autor consultou:

“Como fontes, Lopes utilizou a Crónica de Ayala, de origem castelhana, além Crónicas portuguesas perdidas, como a de *Martim Afonso Melo e do Dr. Cristophorus (Cristóvão)*, além da Crónica do Condestabre, de autoria anônima, sobre a figura de Nuno Álvares Pereira. Segundo Teresa Amado (1991, p. 51), esta obra teria sido a mais utilizada pelo cronista, que copiou trechos inteiros e a acrescentou ao seu texto embora não mencione tal fato” (ZIERER, 2017, p. 45).

A relação próxima com o processo de mudança dinástica e suas consequências levaram Fernão Lopes a colocar o seu discurso como um texto histórico fiel a realidade da sociedade portuguesa. Segundo o cronista a sua intenção é que os fatos não fossem esquecidos, o que demonstra que ele tinha a percepção de que a Crónica era um texto importante, reconhecendo a ordem, a metodologia e o efeito do seu trabalho no reino português. O discurso na Crónica é um espelho de sua operação, dos seus costumes, do seu meio cultural e social e da sua origem, enfim aquilo que ele quis perpassar aos seus contemporâneos e aos precedentes diz mais sobre o mesmo.

O relato segue os padrões estruturais cronísticos da sua época, como o registro de fatos históricos através de uma ordem cronológica. Porém, ela possui características inovadoras introduzidas por Fernão Lopes como: detalhamento dos fatos, o que ocasionaria maior visualidade e veracidade aos acontecimentos; incluí outras perspectivas e novos grupos sociais como o povo ("*arraia miúda*") e os nobres secundogênitos; utiliza diálogos e gestos; e tem uma dimensão estética e interpretativa dos personagens

Quanto aos aspectos linguísticos utilizados por Fernão Lopes, destaca-se o coloquialismo: utilização da 1ª e 2ª pessoa do singular, de locuções interjetivas e apóstrofes, emprego da linguagem oral, causando uma aproximação com o leitor que estaria acostumado com os relatos orais e conhecidos; utilização de ditados e provérbios populares; analogia com personagens bíblicos; uso de recursos estilísticos para repassar o estado emocional dos personagens (exclamação e interrogação retórica); e interpelações diretas ao leitor.

Outro recurso utilizado é o visualismo (conduz o leitor a “ver” e “viver” os acontecimentos): apresentação de pormenores, com o intuito de contar a “verdade”; uso de expressões totalizantes, que incluem a todos, e define uma identidade e memória coletiva portuguesa; conjugação de planos e cenários que são retratados com riqueza de detalhes; utilização de adjetivos para caracterizar os personagens; uso de expressões valorativas, pleonismo, hipérbole, metáfora, comparação e personificação; destaque para o recurso

da enumeração, exemplificados através de datas e quantidades que seriam precisas; uso de vocábulos ligados ao sentido, o mais recorrente é a visão; e o valor simbólico do discurso. Todos esses elementos demonstram as peculiaridades da narrativa.

Há um dinamismo na narrativa, o que a diferencia das outras Crônicas de sua época. Pode-se perceber essa dinamicidade através dos seguintes elementos: planificação de cada capítulo que segue uma sequência narrativa, possibilitando ao leitor acompanhar e compreender; dramatização dos fatos expostos; sequência gradativa das ações e dos personagens neles envolvidos; verbos de ação, que demonstram movimento, ritmo e a força dos personagens; caracterização dos personagens através de atuações e da oralidade, pois são atribuídas falas aos mesmos; e marcação de alteração de ritmos entre um fato ou outro, o que facilita a leitura, pois o texto é minuciosamente escrito por Fernão Lopes, principalmente no Volume I.

O texto foi escrito para a corte portuguesa, mas a leitura da obra nos possibilita perceber a utilização de elementos populares, utilizados com o intuito de fomentar uma memória coletiva e dissipar as contradições e conflitos existentes em Portugal no século XV. A "*arraia miúda*" tornou-se na Crônica uma coletividade legitimadora da ascensão do Mestre de Avis, contrapondo-se aos nobres tradicionais que questionavam o domínio régio, pois esse segmento social perdeu ainda mais os seus privilégios com a coroação de D. João I.

Existe também uma construção gradativa dos personagens, principalmente do Mestre de Avis. No primeiro momento ele aparece como um homem hesitante perante as ações dos seus inimigos, mas no decorrer da narrativa D. João I, demonstra ser de grande valor pela sua fé e pelo seu amor a justiça, por isso ele teria sido escolhido por Deus, e pelo povo para reger Portugal. Esses “novos tempos” em que:

“de qualquer modo, o que ficou descrito – com tal força a ponto de construir o quadro-base do imaginário nacional – foi o mobilizar de verdadeiros portugueses à roda de uma causa que era também a de Deus, e a sua condução à vitória por um rei predestinado desde sempre para à salvação de Portugal, herói, sempre vencedor, santo, messias” (VENTURA, 1992, p.2).

Esses aspectos apontados por Ventura (1992) possibilitaram que a narrativa construísse uma memória coletiva de Portugal. Fernão Lopes ao enfatizar a participação do povo ("*arraia miúda*") e dos nobres secundogênitos no movimento de Avis, enaltece

D. João I, como herói nacional, escolhido por Deus para conduzir os "verdadeiros portugueses". A crónica histórica tinha a intenção de demonstrar que a ascensão da dinastia avizina ao poder é o sinal dos "novos tempos", em que todos do reino português seriam prósperos e viveriam em paz.

Com o intuito de criar uma empatia entre os leitores, o autor se utiliza de elementos que criam uma identificação com os personagens e com a tradição simbólica, realizada principalmente através de elementos religiosos cristãos. Assim, o discurso social vigente dar sentido a *Crónica de D. João I*, e vice-versa, criando uma reciprocidade e significado único em Portugal.

A *Crónica de D. João I*, narra um período de instabilidade e incerteza o que segundo Ventura (1992, p.1) "propicia à formação e vigência de mitos e símbolos", que formam as identidades e os sujeitos, que são fruto de uma constituição discursiva daquela temporalidade e espacialidade. Assim, o mundo narrado por Fernão Lopes ganha sentido naquela sociedade, através de uma linguagem que demonstra a força da tradição cristã na sociedade portuguesa, ou seja, o novo é legitimado pelas práticas discursivas já existentes no medievo português.

A nova ordem social buscou elementos que legitimassem o espaço que ela ocupou a partir da coroação de D. João I como rei de Portugal. Fernão Lopes subverte a ordem pois estabelece um novo modelo de nobre, que não está pautado pelo fator consanguíneo, mas sim pela honra e merecimento por ser um "verdadeiro português". Essa subversão legitima uma nova ordem social, pautada em elementos culturais cristãos.

O relato redimensiona o gênero cronístico ao se afastar das formas tradicionais de escrever uma Crónica ao utilizar uma metodologia em busca da "verdade" dos acontecimentos. O cronista assumiu uma posição de autoridade e isenção acerca dos fatos narrados, ao alegar que sua versão dos eventos é resultado de uma pesquisa documental dos testemunhos da época.

Fernão Lopes, também se colocou em uma posição de intérprete privilegiado dos acontecimentos. Pois, segundo o narrador, o próprio estaria desvelando as contradições entre as fontes e esclarecendo para a posteridade o "verdadeiro" sentido e finalidade da ascensão do Mestre de Avis como rei de Portugal.

Para dissipar as contradições o cronista procurou ter em sua narrativa uma interpretação coerente, ligando os acontecimentos, que foram detalhados minuciosamente, com o intuito principal de cessar dúvidas sobre a legitimidade da

dinastia de Avis no poder. A narrativa é organizada didaticamente em sua escrita e em seu discurso como desejava D. Duarte, pois:

“na segunda geração da nova Dinastia, assente o pó da mudança sociológica e política, era tempo de se erguer uma teoria da legitimidade inabalável. E, quanto mais irregular ou pouco comum foi essa tomada de poder, tanto mais a teoria se reporta à fonte de todo o poder: Deus” (VENTURA, 1992, p.7).

Ressalta-se que o reino português estava no começo da Expansão Marítima no século XV, sob o comando inicialmente de D. João I e depois de D. Duarte (sucessor de D. João I); Para efetivar um empreendimento tão audacioso era preciso criar uma memória coletiva coerente que exaltasse a dinastia avisina, dentre as diversas estratégias o rei vigente D. Duarte encomenda a Fernão Lopes a *Crónica de D. João I*, que buscou criar uma identidade coletiva para os portugueses.

A Crónica escrita no âmbito da corte régia, e destinada a um público cortesão, tinha a preocupação de transmitir os interesses políticos, ideológicos, econômicos, culturais e religiosos da dinastia de Avis que estava sendo consolidada no reinado de D. Duarte. O rei buscou a legitimação de uma nova ordem social que garantisse a sua permanência na monarquia. Assim, a Crónica é um produto cultural que nos permite compreender elementos que compunham a sociedade medieval portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização dos textos literários em Portugal, acompanhou o processo de centralização do poder monárquico. Conforme o poder régio ia se sobrepondo a influência dos senhores feudais locais, os monarcas utilizaram como instrumento de legitimação simbólica a Literatura. O poder de interferir e tomar decisões nas Cortes que era exercido pelos senhores feudais locais, passaram por um processo de reconfiguração, por isso, a monarquia buscou mecanismos para subordiná-los de acordo com os interesses do rei.

Portanto, a Literatura é valorizada, principalmente com o objetivo de produzir, selecionar e preservar uma memória coletiva que legitimasse o que Fernão Lopes intitula de “*verdadeiros portugueses*”^{20, 21}. Nesse ensejo, o discurso avisino buscou legitimação mediante aqueles que contestavam o poder régio, que estava sendo exercido por um rei ilegítimo, que deu início a sua dinastia a partir dos conflitos sociais e políticos que

acarretou o Movimento de Avis. A contestação do poder régio de D. João I, afetava a sucessão ao trono pelos seus herdeiros.

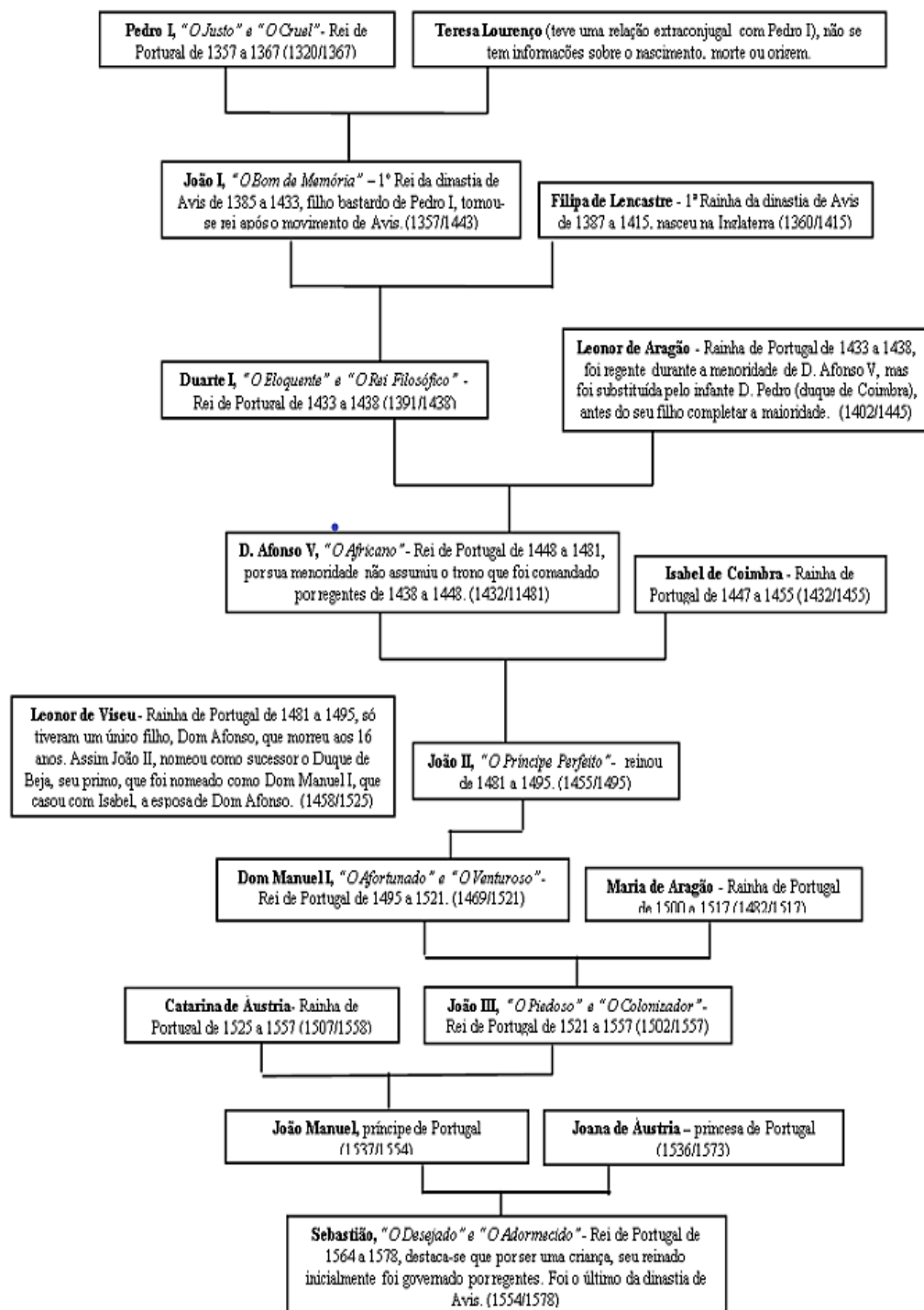
A Crónica, escrita no âmbito da corte régia e destinada a um público cortesão, tinha a preocupação de transmitir os interesses políticos, ideológicos, econômicos, culturais e religiosos da dinastia de Avis, que se consolidou no reinado de D. Duarte. Pois, segundo Bakhtin (2009, p. 32), "qualquer produto de consumo pode, da mesma forma, ser transformado em signo ideológico", e com isso, legitimar uma nova ordem política.

O enaltecimento da ascensão da dinastia de Avis ao poder, acontecimento que teria inaugurado um "novo tempo" em Portugal, fez com que Fernão Lopes ocultasse de seu texto a crise econômica e social existente no reino português, que perpassou a governança do D. João I, o Mestre de Avis, e continuou durante o reinado de seu filho D. Duarte.

O Movimento de Avis é o resultado das tensões de diferentes grupos sociais, com variadas demandas, que foi dirigido e orquestrado politicamente pelos comerciantes e pelos nobres secundogênitos, contra os senhores aristocratas que acumulavam riquezas, terras e poder. Os argumentos contra a hegemonia política da nobreza tradicional pelos os grupos sociais desfavorecidos, utilizaram um pretenso direito de D. João I ao trono.

As *Crônicas* de Fernão Lopes são produtos culturais oficiais do poder régio utilizados para forjar uma memória coletiva portuguesa, e padrões sócio-culturais para as relações entre súditos por meio do sistema simbólico forjado pelo cronista a serviço dos membros da dinastia Avisina.

ANEXO: GENOGRAMA DA DINASTIA DE AVIS



REFERÊNCIAS

FONTE

Crônica de D. João I (CDJ). Escrita por Fernão Lopes. Edição preparada por M. P. Lopes de Almeida e Magalhães Basto. Lisboa: Civilização, 1990, 2 v.

OBRAS TEÓRICO/METODOLÓGICAS, ESPECÍFICAS E GERAIS

ACCORSI JUNIOR, Paulo. **“Do Azambujeiro Bravo À Mansa Oliveira Portuguesa”**: A Prosa Civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412-1438). Dissertação apresentada na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

AMADO, Teresa. **Fernão Lopes, contador de História**. Lisboa: Estampa, 1991.

AMORIN, Marina Alves. **Combates pela História**: a “guerra dos sexos” na historiografia. Cadernos Pagu, n. 20, Campinas: UNICAMP, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. Michel Lahud & Yara Frateschi (tradutoras). São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.

BARROS, José D’ Assunção. História Política: Da Expansão Conceitual Às Conexões Interdisciplinares. **OPIS**, Catalão, v. 12, n. 1, p. 9-55- jan./jun. 2012.

BARROS, José D’ Assunção. HISTÓRIA E LITERATURA – novas relações para os novos tempos. **Contemporâneos**- Revista de Artes e Humanidade, n.6, maio-outubro, 2010.

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal**: Do ano mil à colonização da América. Tradução Marcelo Rede. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução e edição autorizada da Bíblia Reina- Valera em português de 1997. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2011.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. **Revista de Teoria da História**, Ano 1, n. 3. Goiás: Goiás: junho/ 2010.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

COSER, Miriam Cabral. Gênero e Poder: Leonor Teles, Rainha de Coração Cavalheiresco. **Revista Esboços**. n. 18. UFSC, 2011.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora da UnB, 1994, 2ª Ed.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Betrand Brasi, 1990.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador, Volume I**: Uma história dos costumes. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FERREIRA, Suelda de Albuquerque. **A Identidade no processo de construção da nova identidade**. Artigo publicado no Livro da APEC: La producción del conocimiento y los desafíos (in) sostenibles del mundo contemporáneo. XIII Seminário Apec. Participo mediante la presentación del trabajo: Imigração brasileira: representação das imagens no espaço urbano de Lisboa. Barcelona, España 2008.

FEBVRE, Lucien. Combates pela História I. Portugal: Editora Presença, 1997.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. A história portuguesa medieval preservação, ordenação e esquecimento. **Vária História**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38: p.490-499, Jul/Dez 2007.

FLAMARION, Ciro Cardoso & VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de textos. In: **Domínios da História**: ensaios de teorias e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 - 21ª reimpressão.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média**: nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LE GOFF, Jacques. **As raízes medievais da Europa**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

GUIMARÃES, LIMA, Darlan Pinheiro de; MACEDO, José Rivair. Vícios, Virtudes e a Representação do bom cristão para a Ordem dos Cistercienses: O exemplo de Alcobaça. In: **Nas Trilhas da Antiguidade e Idade Média**. Adriana Zierer, Ana Livia Bonfim Vieira e Elizabeth Sousa Abrantes (Orgs.). São Luís: Editora UEMA, 2014.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Sétima Idade de Fernão Lopes: novo tempo para os Príncipes de Avis?. **Seminário Facetas do Império na História**. Universidade Federal do Paraná, 2006.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve História de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

- MARQUES, A. H. de Oliveira. **A Sociedade Medieval Portuguesa**. Lisboa, 1974.
- MARTINO, Marlem Batista de. Labirintos no Tempo: a cidade medieval e os espaços. **História, imagem e narrativas**. n. 10, abril, 2010.
- MATTOSO, José. **História de Portugal**. vol. 2. Lisboa, Editorial Estampa, 1993-1994.
- MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes. Texto e Contexto**. Coimbra: Minerva, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha - nova história. **Dossiê Débats**, História Cultural no Brasil, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 2 ed.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo Como Texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação, Pelotas**, p. 31 - 45, 01 set. 2003.
- PEREIRA, Rita de Cássia Mendes. Das viagens dos monarcas e outras “Gentes Del Rey”: Deslocamento espacial e consolidação da monarquia portuguesa nos séculos XIV e XV. In: **História Antiga e Medieval- Viagens e Viajantes: cultura, imaginário e espacialidade**. Zierer, Adriana & Vieira, Ana Lúvia Bonfim (Orgs.). São Luís: Editora UEMA, 2012, v. 3.
- PINTO, Vitor Manuel Inácio. De Tratado em Tratado até ao Casamento Final. O Casamento de D. João I Com D. Filipa de Lencastre. Faculdade de Letras. Universidade do Porto, 2015 (Tese de Mestrado).
- REBELO, Luís de Sousa. **A concepção de poder em Fernão Lopes**. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- RÉMOND, René. Uma História Presente. In: **Por Uma História Política**. René Rémond (organizador). Tradução de Dora Rocha. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 1996.
- SARAIVA, António José. **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. 5ª edição. Lisboa: Gradiva Publicações, 1998.
- SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. **Reflexões sobre a Hagiografia Ibérica Medieval: um estudo comparado do Liber Sancti Jacobi e das vidas de santos de Gonzalo de Berceo**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. **Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero**. Cronos: Revista de História, Pedro Leopoldo, n.6, p. 194-223, 2002.
- SILVA, Manuela Santos. **Filipa de Lencastre: a rainha inglesa de Portugal**. Lisboa: Editora Temas e Debates, 2014(a).
- SILVA, Manuela Santos Silva. A Literacia de Filipa de Lencastre. **Revista Férula** (Revista da Associação para Estudos Históricos Interdisciplinares), n.1, agosto de 2012.

SILVA, Manuela Santos. A Construção Coeva de D. Filipa de Lencastre como uma “Santa Rainha”. In: VILELA, Ana Luísa et al. **Representações do Mito na História e na Literatura**. Braga: Ed. Universidade de Évora/Publito, 2014, p. 137-147.

SILVA, Renato Sérgio Costa da. Uma dinastia refundada: A expansão marítima e a legitimação dos Avis durante o reinado de Dom Manuel I (1495-1521). **Anais Eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH - SP - SANTOS**, 2014b.

SILVEIRA, Ana Márcia Alves. Representações simbólicas do cavaleiro em Portugal: guerreiro de Cristo e defensor da pátria. In: **História Antiga e Medieval. Conflitos sociais, guerras e relações de gênero: representações e violência**\ Adriana Zierer, Ana Lúvia Bomfim Vieira (Orgs). São Luís: EDUEMA, 2017, v. 6.

SOUZA, Ana Aparecida Arguelho de. Literatura e História na Educação Medieval. As relações entre História e Literatura no Mundo Antigo e Medieval. COSTA, Ricardo da (coord.). **Mirabilia**, Nº 13, Jun-Dez 2011.

VENTURA, Margarida Garcez. **O Messias de Lisboa**. Um Estuo de Mitologia Política (1383-1415). Lisboa: Edições Cosmo, 1992.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Fernão Lopes, o rei D. João I e a historiografia luso-brasileira: algumas considerações. In: **A escrita da história de um lado a outro do Atlântico**. Maria Eurydice de Barros Ribeiro & Susani Silveira Lemos França (organizadoras). Cultura Acadêmica: São Paulo, 2018.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Guerra e atributos arturianos dos heróis da Crónica de D. João I. In: **História Antiga e Medieval. Conflitos sociais, guerras e relações de gênero: representações e violência**\ Adriana Zierer, Ana Lúvia Bomfim Vieira (Orgs). São Luís: EDUEMA, 2017(a), v. 6.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Elementos Religiosos da Ascensão de D. João I Ao Poder: o Messias, o Povo e a Cidade de Lisboa. **XXIX Simpósio de História Nacional**, 2017(b).

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Forças Diabólicas e Cristãs: Confronto e Poder na *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes. **Revista Signum**, vol. 16, n. 1, p. 102-130, 2015.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. D. João I, o iniciador da Dinastia de Avis entre a identidade portuguesa e a alteridade. **Dimensões**, vol. 33, 2014, p. 36-60.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Entre o Paraíso e o Inferno: os Sonhos n’A Demanda do Santo Graal. **Politeia: História e Sociedade**. Vitória da Conquista- BA, v. 13, n. 2, p. 43-65, 2013.

¹ Na maioria das pesquisas sobre o período os estudos denominam de "revolução" os fatos que ocorram em Portugal entre 1383-1385, porém como não houve uma alteração profunda das instituições políticas ou uma mudança radical dentro da sociedade, utilizamos o termo "Movimento".

² Consultar Genograma para a compreensão da origem e genealogia da dinastia de Avis.

³ "Mas como foram vistas com coração, logo muito agilmente se juntaram todos, especialmente o *povo miúdo*, nesse lugar alguns outros estavam duvidando, receavam de colocar as suas mãos. Então aqueles que chamavam *arraia miúda*, disseram a um, por nome chamado Álvaro da Veiga, que levasse a bandeira pela vila em voz e nome do Mestre de Avis" (CDJ I, v. 1, cap. XLVI, p. 93, grifos nosso). Segue o texto original da Crónica: "Mas como foram vistas, com coração muito prestes logo se juntaram todos, especialmente o *poboo meudo*, ca alguñs outros dessa comunall gemte duvidando rreçeavõ de poer em tall feito maõ. Emtom aquelles que chamavom *arraya meuda*, disserom a huñ, per nome chamado de Alvaro da Veiga, que levasse a bãdeira pella villa em voz e nome do Meestre dAvis" (CDJ I, v. 1, cap. XLVI, p. 93, grifos nosso).

⁴ Fernão Lopes nomeia em todo o relato da *Crónica de D. João I* as camadas desfavorecidas como "*arraia miúda*" ou "*povo miúdo*".

⁵ O Império Carolíngio ocupou parte da região central da Europa. Com a desagregação do Império Romano e a organização da sociedade feudal, inúmeros reinos se formaram, dentre esses o reino Franco, estabelecido na Gália (atual França), fundada por Pepino, o Breve, em 768, a dinastia carolíngia foi entregue a Carlos Magno.

⁶ Narrativas épicas em verso, como exemplo *A Canção de Rolando*.

⁷ Narrativas que geralmente abordavam o amor impossível. A impossibilidade de concretizar fisicamente o amor seria uma penitência para aqueles que se desejavam. Eram poesias com aspectos sensuais o que se opunha aos ideais da Igreja. Surgiu no século XII, mas ganhou notoriedade no século seguinte.

⁸ Na literatura latina, ao lado de uma produção nitidamente clerical (Crónicas, poesia de cunho clássico), havia uma de espírito popular (hagiografia) e outra erudita mas antieclesiástica (goliárdica). Na literatura vernácula, havia gêneros com forte coloração clerical (canção de gesta, ciclo do Graal) e outros acentuadamente laicos (lais fabliaux). Em termos culturais, portanto, e não apenas linguístico, boa parte da literatura da Idade Média Central estava na zona da cultura intermediária (FRANCO JUNIOR, 2006, p. 113).

⁹ Nasceu em 1447, e faleceu em 1511. Foi escritor e diplomata nos tribunais da Borgonha e da França. Suas Crónicas geralmente analisaram o cenário político.

¹⁰ Saraiva aponta que possivelmente a autoria dessa Crónica seja do filho bastardo de D. Dinis, o conde D. Pedro, que teria tido contato com a *Crónica Geral de España*, de Afonso X. A sua escrita demonstraria um interesse dos portugueses na metade do século XIV, pela história do reino de Castela. A Crónica é uma reunião de textos, um deles é sobre as batalhas do conde de Castela Fernão Gonçalves.

¹¹ A Bíblia (2011) diz que: **38** Depois disto, *José de Arimatéia* (o que era discípulo de Jesus, mas oculto, por medo dos judeus) rogou a Pilatos que lhe permitisse tirar o corpo de Jesus. E Pilatos lhe permitiu. Então foi e tirou o corpo de Jesus. **39** E foi também Nicodemos (aquele que anteriormente se dirigira de noite a Jesus), levando quase cem arráteis de um composto de mirra e aloés. **40** Tomaram, pois, o corpo de Jesus e o envolveram em lençóis com as especiarias, como os judeus costumam fazer, na preparação para o sepulcro. **41** E havia um horto naquele lugar onde fora crucificado, e no horto um sepulcro novo, em que ainda ninguém havia sido posto. **42** Ali, pois (por causa da preparação dos judeus, e por estar perto aquele sepulcro), puseram a Jesus (João 19:38-42, grifo nosso).

¹² Segundo o texto bíblico, José de Arimateia era secretamente discípulo de Cristo, e por isso pede a Pilatos para recolher o corpo de Jesus após a sua crucificação e morte. E de acordo também com os Evangelhos canônicos, ele era um homem rico, senador e membro do Sinédrio (colégio dos altos magistrados do povo judeu).

¹³ A matéria da Bretanha envolve-nos num mundo encantado de mar, floresta e nevoeiro, de fadas, filtros mágicos e metamorfoses. É uma atmosfera onírica, que contrasta com o realismo da matéria germânica (Niebelungos, sagas, Chanson de Roland, Cantar de Mio Cid) ou dos poemas homéricos. O amor de Homem e mulher tem na matéria céltica uma importância que nunca tivera em noutras literaturas, como o mostra a estória de Tristão e Isolda, que é a mais forte estória de amor de todos os tempos. Os temas célticos- como o do feiticeiro Merlin, que acompanha a infância do rei Artur; a espada cravada na pedra, que será arrancada pelo homem providencial; Lançarote, filho da Dama do Lago, o cavaleiro mais forte do mundo, que amará a mulher mais bela do mundo, a rainha Genebra, mulher do rei Artur, etc. - cruzam-se, por um aldo, com os dos trovadores e, por outro, com temas cristãos. Lançarote, tendo sido protagonista de um amor fatal e involuntário, como Tristão, torna-se-á um exemplo do amor trovadoresco, como Amadis. Os temas cristãos contribuem com um personagem que a matéria da Bretanha, na sua primeira fase, não conhecia, José de Arimateia (SARAIVA, 1998, p. 60).

¹⁴ Ao nos referimos à *Crónica de D. João I*, utilizaremos o termo "Crónica histórica", utilizado por Hilário Franco Júnior (2006).

¹⁵ É uma coletânea de leis compiladas desde o reinado de D. Afonso II até o reinado de D. Duarte, existe um manuscrito do início do século XV, arquivado na Biblioteca Nacional de Lisboa, que foi publicado em 1988.

¹⁶ Segundo Pinto: "D. Duarte, que tinha o hábito de escrever e guardar anotações pessoais, terá redigido os seus escritos entre 1420 e 1438 e decidido reorganizá-los nos últimos anos de vida. O rei-filósofo, como também ficou conhecido na história, deixou-nos diferentes obras, com diferentes níveis de participação. As principais, da sua total autoria, são o Leal Conselheiro e o inacabado Livro da Ensinhança de Bem Cavalgar Toda a Sela, dois textos de natureza moral e pedagógica. O Leal Conselheiro, obra que melhor representa o pensamento de D. Duarte, trata-se de uma compilação de ensaios, que pretende oferecer aos seus leitores um projecto de vida pessoal, social e nacional, ainda que apresentado de um modo bastante assistemático. Efectivamente, apesar de dispersos, os diferentes textos apresentam uma unidade temática: os leais conselhos do rei no sentido de se associar o saber ao agir, na prática da virtude" (2015, p. 4).

¹⁷ A partir dessa citação utilizaremos a sigla CDJ I para abreviar o título da *Crónica de D. João I*.

¹⁸ "E seemdo achado em alguũs livros o comtrairo do que ella fala, cuidaae que nom sabedormente, mas erramdo muito, disserom taes cousas. Se outros per ventuira em esta Crónica buscam fremosura e novidade de palavras, e nom a çertidom das estórias, desprazer lhe há de nosso rrazoado, muito ligeiro a eles douvir, e nom sem gran trabalho a nos hordenar" (CRÓNICA DE D. JOÃO I, Volume I, Prólogo, p. 3).

¹⁹ "E porque nos [nom] somos abastamte pera compridamente louvar e dizer bomdades deste poderoso Rey, por a dynidade dos seus gramdes feitos, quiséramos deixar de falar deles, vemdo como comprira erem escritos per huũ gramde eloquentem leterado que bem ordenara os curços dos merecidos louvores [...]" (CDJ I, v. II, Prólogo, p. 3, grifos nosso).

²⁰ "E que porem lhes rrogava que todos de boom coração, come *verdeiros Portugueses*, tevessem voz por Portugall, e nom curassem de nem huũas cartas que lhe a Rainha nem elRei de Castella em comtrairo destó mandasse"(CDJ I, v. I, cap. XLVI, p. 93, grifo nosso). Tradução: "E que porém lhes rogava que todos de bom coração, como *verdadeiros Portugueses*, tivessem voz por Portugal, e não considerassem nenhuma das cartas que a Rainha e nem o Rei de Castela enviaram, em contrário disto fizessem" (CDJ I, v. I, cap. XLVI, p. 93, grifo nosso).

²¹ Fernão Lopes nomeia os aliados do Mestre de Avis como os "verdadeiros portugueses".